



Ofício nº : 387/2020/GCI/ILC

Cuiabá-MT, 28 de abril de 2020

Ao Senhor Odair Egues
Gerente Executivo
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
Av: Getúlio Vargas, 553 – Centro.
CEP.: 78.005-905
Cuiabá – MT

Assunto: **Reiteração de requisição de acesso aos Processos Administrativos nº 35087.000629/2014-35 e nº 35087.**

Prezado Gerente Executivo,

Com fins de instrução do processo nº 366870/2017 TCE-MT - Auditoria na folha de pagamento de inativos com foco em acúmulo indevido de aposentadorias e outros cargos públicos - que tramita nesta Corte de Contas, requero que sejam disponibilizados os seguintes processos administrativos:

1. **Processo Administrativo nº 35087.000629/2014-35 – Acumulação de Cargos, Seção Operacional da Gestão de Pessoas/MT do Instituto Nacional de Seguro Social em face do Sr. Ulisses Genari Ferreira, CPF: 186.754.689-20;**

2. **Processo Administrativo nº 35087.00720/2014-51 – INSS – instaurado em face do Sr. Francisco Ricardo da Cunha Prata, CPF: 288.234.946-72.**

A necessidade de acesso ao **Processo Administrativo nº 35087.000629/2014-35** decorre do fato de o Sr. Ulisses Genari Ferreira, responsabilizado no processo nº 366870/2017 TCE/MT, ter referenciado o processo administrativo conduzido pelo INSS, Seção Operacional da Gestão de Pessoas/MT. Já o **Processo Administrativo nº 35087.00720/2014-51 – INSS** foi referenciado por outro responsabilizado no processo que tramita nesta Corte de Contas, o Sr. Francisco Ricardo da Cunha Prata.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO ISAIAS LOPES DA CUNHA

Telefone(s): 65 3613-7531 / 7533 / 2973 / 7536 / 7534 / 7532

e-mail: gab.isaiaslopes@tce.mt.gov.br

As informações/documentos deverão ser encaminhadas em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento deste ofício, devendo referenciar o Processo nº 366870/2017 TCE/MT.

Atenciosamente,

(assinatura digital)¹

Francisney Liberato Batista Siqueira
Chefe de Gabinete de Conselheiro Interino
Isaías Lopes da Cunha

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

